RBDR

ISSN 2317-5443
DOI: 10.7867/2317-5443.2022v10n3p117-135
© 2022 PPGDR/Universidade Regional de Blumenau

Café, indústria e desenvolvimento regional no estado de São Paulo

Paulo Costacurta de Sá Porto

Kleber Utsunomiya

Resumo

Este artigo tem o propósito de demonstrar que o processo de mudança da economia estadual de São Paulo, que ocorreu ao longo do século XX, passando de uma economia cafeeira para uma economia mais diversificada, deu-se em conformidade com o que prevê a Teoria da Base Exportadora. Isto pode ser evidenciado pelo uso de indicadores da participação do café e de outros produtos na pauta de exportações de São Paulo, mostrando como ocorreu a evolução da economia paulista no período que vai de 1915 até 2020. Pode-se observar que, após exibir seu domínio entre 1915 e 1928, o café perderia paulatinamente sua preponderância nas exportações paulistas, aos poucos sendo substituído, em consequência da diversificação da base de exportação, por outros produtos, principalmente, produtos industrializados, incluindo maquinaria e veículos, mas também produtos vegetais, como açúcar e suco de laranja.

Palavras-chave | Café; desenvolvimento regional; economia regional e urbana; São Paulo; Teoria da Base Exportadora.

Classificação JEL | N56 Q13 R12

Coffee, industry and regional development in the state of São Paulo

Abstract

The purpose of this article is to demonstrate that the process of change in São Paulo's state economy, which took place over the course of the 20th century, from a coffee economy to a more diversified economy, took place in accordance with what the Export Base Theory predicts. This can be made evident by using indicators of the share of coffee and other products in São Paulo's export basket, showing how the São Paulo economy evolved in the period from 1915 to 2020. It can be noted that, after showing its dominance between 1915 and 1928, coffee gradually lost its preponderance in São Paulo's exports, gradually being replaced, because of the diversification of the export base, by other products, mainly industrialised products, including machinery and vehicles, but also vegetable products, such as sugar and orange juice.

creative commons

Keywords | Coffee; Export Base Theory; regional and urban economics; regional development; São Paulo.

JEL Classification | N56 Q13 R12

Café, industria y desarrollo regional en el estado de São Paulo

Resumen

Este artículo tiene como objetivo demostrar que el proceso de cambio de la economía del estado de São Paulo, ocurrido a lo largo del siglo XX, pasando de una economía cafetera a una economía más diversificada, se desarrolló según lo previsto por la Teoría de la Base Exportadora. Esto se evidencia mediante el uso de indicadores de la participación del café y de otros productos en las exportaciones de São Paulo, mostrando cómo ocurrió la evolución de la economía paulista en el período de 1915 a 2020. Se observa que, luego de mostrar su dominio entre 1915 y 1928, el café pierde paulatinamente su preponderancia en las exportaciones paulistas, siendo reemplazado gradualmente, como consecuencia de la diversificación de la base exportadora, por otros productos, principalmente industriales, incluyendo maquinaria y vehículos, pero también productos vegetales, como azúcar y jugo de naranja.

Palabras clave | Café; desarrollo regional; economía regional y urbana; São Paulo; Teoría de la Base Exportadora.

Clasificación JEL | N56 Q13 R12

Introdução

Durante o final do século XIX e início do XX, o estado de São Paulo passou por um período de rápida expansão econômica impulsionada pela formação de um complexo de produção e exportação de café. O crescimento gerado pelas exportações cafeeiras consolidou a posição do estado na economia nacional, o qual apresentava avançadas relações capitalistas de produção, amplo mercado interno e uma avançada agricultura mercantil (CANO, 2007).

Além disso, a expansão e a diversificação do setor cafeeiro estimularam o nascimento da indústria em São Paulo, pioneira no Brasil. O café, como atividade nuclear do complexo cafeeiro paulista, possibilitou efetivamente o processo de acumulação de capital durante todo o período anterior à crise de 1930. Este capital se espalhou para a criação e o desenvolvimento do setor industrial no estado, principalmente para a implantação de fábricas produtoras de bens de consumo (CANO, 1998).

Desta maneira, as exportações de café geraram um forte progresso em São Paulo, sendo o estado, inicialmente, dependente do setor para o crescimento desta economia agroexportadora. Se, no princípio, o desenvolvimento regional de São Paulo esteve intrinsecamente relacionado à demanda externa por café, depois, o estado tornou-se produtor e exportador líquido também de produtos industriais. Assim, após a predominância do café como principal produto da pauta exportadora paulista, com a inclusão de produtos industriais houve uma diversificação significativa no conjunto de produtos exportados.

Esta diversificação de pauta e a paulatina diminuição da dependência da base exportadora inicial são previstas pela Teoria da Base Exportadora: o desenvolvimento econômico de uma região se dá em torno da criação de uma base exportadora em torno de um produto. À medida que a região cresce, a dependência sobre a base exportadora vai diminuindo, enquanto outros setores locais se desenvolvem conforme o capital acumulado pela base exportadora se espalha para estes novos setores, os quais ampliam e diversificam os produtos a serem exportados pela região (NORTH, 1977).

O objetivo deste estudo é mostrar que o processo de mudança da economia do estado de São Paulo, que se deu ao longo do século XX, de uma economia cafeeira para uma diversificada, deu-se conforme sugerido pela Teoria da Base Exportadora de Douglass North (1955). Isto é evidenciado por meio do uso da participação das exportações de café e de outros produtos que mostram a evolução da economia paulista no período de 1915 a 2020.

Este trabalho contribui para a compreensão do processo de desenvolvimento regional do estado de São Paulo, apontando a evolução das exportações paulistas ao longo do tempo. Contribui, também, para a elaboração de políticas públicas de longo prazo que visam o crescimento regional.

Incluindo esta introdução, este trabalho tem cinco seções. Na próxima seção será apresentada a revisão da literatura sobre o tema. Na terceira seção serão delineados a metodologia e os dados utilizados. Na quarta seção serão apresentados os principais resultados, e, na última seção, apresentam-se algumas considerações finais à guisa de conclusão, além de referências bibliográficas que foram aqui utilizadas.

Revisão bibliográfica

Nesta seção serão apresentadas a discussão teórica sobre a Teoria da Base Exportadora enquanto motor do crescimento regional e evidências empíricas sobre o papel da demanda exportadora no crescimento de uma região. Na sequência será apresentada uma breve discussão sobre o processo de formação e crescimento do complexo cafeeiro e do setor industrial no estado de São Paulo.

Teoria da Base Exportadora

A Teoria da Base Exportadora foi elaborada por Douglass North (1955). Baseada na tradição Keynesiana do modelo macroeconômico de demanda agregada, North sustenta que o crescimento econômico regional se dá pelo papel da demanda externa no curto prazo pelos produtos produzidos em uma região. O aumento do volume das exportações de um produto (e, posteriormente, outros produtos) para outras regiões e países impulsiona o crescimento daquela região. Estes setores exportadores que atendem à demanda externa da região são os "motores" econômicos da região e são chamados de setores básicos da economia regional. Já os setores da economia regional que dão suporte e que atendem primariamente à demanda interna daquela região são os seus setores não básicos. Se a demanda externa para os produtos de uma região cresce, o setor básico cresce, que, por sua vez, gera uma expansão do segmento não básico por meio do efeito multiplicador (NORTH, 1955).

Tal efeito funciona da seguinte maneira: uma expansão da demanda externa por produtos regionais aumenta o emprego e a renda das pessoas alocadas no setor básico, e por meio das ligações para trás, isto é, das compras que o setor básico faz de outros itens e serviços locais, este efeito positivo se espalha e aumenta também a demanda por mão de obra e renda dos segmentos não básicos da região. Assim, se a demanda externa para os produtos da região cresce, o setor básico se expande, o que por sua vez, pelo efeito multiplicador, gera uma expansão do segmento não básico (LEMOS, 2006).

Este é o resultado principal da Teoria da Base Exportadora: mudanças na demanda (tanto positivas quanto negativas) do setor básico se propagam pela economia regional em efeitos multiplicadores e cumulativos por meio das ligações para trás com os segmentos de suporte (não básicos). Tal resultado é semelhante ao do modelo macroeconômico do multiplicador keynesiano, o qual afirma que um aumento nas exportações de um país ocasiona o crescimento mais do que proporcional na produção e na renda nacionais.

North (1955) descreve o processo de crescimento regional por meio de aumento da demanda externa em termos de sete "passos" ou estágios pelos quais uma economia regional passa à medida que vai desenvolvendo sua base exportadora. Em primeiro lugar, o desenvolvimento econômico de uma região dá-se em torno da criação de uma base exportadora de um produto. O sucesso de tal base exportadora é o fator determinante da taxa de crescimento econômico da região. A demanda externa por seus produtos é a principal explicação para o crescimento em seu nível de renda. Neste estágio inicial do crescimento regional, o capital (seja de origem local ou externa à região) inicia o processo de desenvolvimento devido à presença de um ou mais fatores locacionais (NORTH, 1955).

Em segundo lugar, é importante examinar quais desses fatores locacionais (internos à região) que permitiram o desenvolvimento da base exportadora. Por exemplo, tipicamente os custos dos insumos, capital, trabalho e terra influenciam no crescimento do setor, mas, também, a disponibilidade local de infraestrutura (como energia, transporte etc.), bem como as políticas de governo local (como subsídios, impostos etc.), além de mudanças tecnológicas. Em terceiro lugar, deve-se notar que a base exportadora determina o nível de renda e de emprego na região bem como o desenvolvimento de outros setores voltados ao mercado interno da região. Outras influências importantes na região para o desenvolvimento da economia local são: a distribuição da população; o padrão de urbanização; o mercado de trabalho (salários, disponibilidade e qualidade da mão de obra); e as atitudes políticas e sociais das pessoas (NORTH, 1955).

Em quarto lugar, a dependência da economia local sobre a base exportadora é reforçada por meio do aumento no investimento no setor básico por capitais de fora da região, por subsídios e investimentos do governo (de um nível hierárquico acima da região), por investimentos em pesquisa e desenvolvimento na inovação, bem como melhorias e redução de custos. Em quinto lugar, como já mencionado, o aumento da demanda externa e o crescimento da base exportadora resultam em efeitos multiplicadores na região, induzindo investimentos em outros setores da atividade econômica regional. Gerando, ainda, aumento de renda e da demanda por outros insumos, além de um crescimento do mercado de trabalho local e demanda por infraestrutura. Porém, tal efeito é desigual, de modo que afeta as diferentes atividades de maneira desigual.

Em sexto lugar, por meio do sucesso da base exportadora, em virtude do efeito multiplicador, outros setores locais poderão se desenvolver localmente. Insumos e outros produtos que antes eram produzidos em outras regiões começam a ser feitos na região, em um efeito de substituição de importações. Isto se dá devido ao crescimento da receita recebida da base exportadora, bem como às vantagens locacionais (economias de aglomeração em função da proximidade, por exemplo). Quanto maior for o multiplicador, maior será o efeito do crescimento do setor exportador sobre o crescimento dos outros setores. Em sétimo e último lugar, à medida que a região cresce, o capital acumulado pela base exportadora se espalha para outros setores que podem se tornar novos setores exportadores. Deste modo, poderá se ampliar a base exportadora da região, aumentando a diversidade econômica local.

Outros autores corroboram com a visão de North ao explicar o crescimento regional pelo papel das exportações regionais. Jacobs (1969) aponta também o conceito de base de exportação em sua teoria urbana sobre o crescimento econômico das cidades. Segundo a autora, para uma cidade se desenvolver é de grande significância a produção interna de bens e serviços para a atividade exportadora e o abastecimento do mercado local. Uma região cresce por meio de um processo de diversificação de sua base exportadora, ou seja, as atividades

voltadas para a exportação (o chamado trabalho exportador) estimulam as atividades produtivas voltadas para o mercado interno. Esse processo de crescimento é sustentado pela adição de novo trabalho na economia, e, por meio da diversificação da produção, as mercadorias internas passarão a ser exportadas também, e, assim, novos produtos serão desenvolvidos para suprir o mercado interno.

Ou seja, para criar e recriar a economia é necessário a adição de novo trabalho. Economias que não conseguem criar novos bens e serviços acabam se estagnando e não se desenvolvem. Assim, para Jacobs (1969), somente por meio da diversificação do trabalho a região conseguirá alcançar o crescimento regional. Para uma região progredir economicamente é fundamental adicionar novo trabalho em diferentes períodos de tempo. Ou seja, o processo de inovação e o processo de diversificação devem se adaptar continuamente para que a região cresça (FERREIRA; LEMOS, 2000).

Cabe notar que a importância da demanda externa por produtos regionais não é o único fator explicativo para o crescimento regional. De fato, várias outras teorias do crescimento regional destacam o papel da estrutura interna da economia (fatores endógenos) no crescimento da região. Pode-se mencionar as teorias neoclássica e do comércio inter-regional, para as quais uma maior produtividade no uso dos insumos presentes na região (eficiência produtiva) e uma maior especialização regional na oferta de produtos ofertados, respectivamente, permitem o crescimento de atividades produtivas da região. Além disso, tanto as Teorias do Desenvolvimento Local (teorias neo-marshallianas e teorias neo-schumpeterianas) quanto as abordagens da Nova Geografia Econômica e Crescimento Endógeno Regional, realçam o papel das economias de aglomeração na geração de eficiências alocativas (estáticas) e inovativas (dinâmicas) na determinação do crescimento regional (CAPELLO, 2015). Adicionalmente, outros autores citam o papel das lideranças, instituições e empreendedorismo regionais como fatores adicionais importantes para o crescimento endógeno regional (STIMSON; STOUGH; NIJKAMP, 2011; STIMSON; STOUGH; ROBERTS, 2006).

Com relação aos estudos empíricos sobre o papel da demanda exportadora no crescimento regional, Lins (2008) avalia para a Região Nordeste do Brasil as relações entre as atividades produtivas voltadas para as exportações extra-regionais e as atividades endógenas que visam o mercado interno da região. Estimam valores para o multiplicador de emprego regional para os anos de 2000, 2003 e 2006, concluindo que os impactos dos setores exportadores na Região Nordeste têm alcançado resultados satisfatórios. Indicando, assim, uma tendência de diversificação na estrutura das atividades produtivas e uma maior integração desta para com os mercados interno e externo, o que resulta em uma influência positiva das exportações extra-região na criação de empregos no Nordeste brasileiro.

Já Piffer (2009), testa a teoria da base exportadora para o estado do Paraná, utilizando como recorte regional as Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs). Para tal,

utilizou medidas de localização, de especialização e do multiplicador de emprego, usando como variável-base a População Economicamente Ativa (PEA) empregada por ramos das atividades de cada AMC, usando dados do Censo do IBGE dos anos 1970, 1980 e 2000. Concluiu que as AMCs mais diversificadas em termos de ocupação da mão de obra foram aquelas em que as atividades básicas tiveram mais impulso nas atividades não básicas. Quanto mais dinâmicas as atividades de base e capazes de multiplicar empregos em outros ramos integrados a estas, maior foi a capacidade da AMC em alavancar os ramos de atividades urbanas. Assim, as AMCs paranaenses dependem dos empregos gerados nas atividades básicas e da sua capacidade de se difundir no espaço geográfico ao longo do tempo com as atividades urbanas (indústrias, serviços e comércio) para fortalecer o desenvolvimento regional.

Lima *et al.* (2013) examinam o desempenho econômico do estado de Santa Catarina utilizando como referencial teórico a Teoria da Base de Exportação, identificando dentro da distribuição setorial das atividades no estado quais são os setores básicos no período após 1990. Utilizando Quocientes Locacionais (QL) e Coeficientes de Reestruturação, os autores mostram que a indústria manufatureira é o setor básico (de exportação) da economia catarinense. Ademais, identificam que tal base de exportação do estado não propiciou o crescimento de outras atividades de exportação.

Por fim, Arend e Orlowski (2012) se concentram na Região Oeste Catarinense utilizando como amostra os municípios da Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (Amosc), conhecidos pela presença da agroindústria de processamento de carnes (aves e suínos). Utilizando como referência as teorias da base exportadora e dos polos de crescimento, observaram que, inicialmente, suas atividades econômicas estiveram voltadas à exploração da madeira e, posteriormente, à produção agropecuária praticada em pequenas propriedades rurais. O capital gerado neste setor foi a base para a implantação de frigoríficos em uma diversificação baseada na industrialização de carnes, que ocorreu a partir da integração com os agricultores que forneciam a matéria-prima para o setor. Assim, os autores mostram que a agroindústria do processamento de carnes e derivados desempenhou o papel de base exportadora regional, a qual promoveu a expansão econômica da Amosc impulsionando o desenvolvimento de outras atividades e indústrias.

O café e a industrialização de São Paulo

O início do processo de industrialização de São Paulo no princípio do século XX coincide com a expansão da produção cafeeira e com a chegada de grande número de imigrantes europeus. Nesse período, os primeiros reflexos da nova dinâmica industrial surgem em meio a atividade dos cafezais (FAUSTO, 2006). As primeiras fábricas começam a aparecer, e junto a isso, as mudanças nas relações de produção

e de trabalho na economia paulista. Conforme Cardoso (1960), comentando sobre a transformação da cidade de São Paulo, aos poucos a antiga "capital dos fazendeiros" começa a se transformar na "capital da indústria".

O café propiciou a acumulação de capital no período anterior, entre o final do século XIX à crise de 1929, pelo alto nível de renda gerado através das exportações desse bem. Este capital se espalhou na criação e o desenvolvimento do setor industrial no estado, inicialmente na implantação de empresas produtoras de bens de consumo. Isto gerou condições necessárias para que o Brasil pudesse importar produtos que não produzia localmente, iniciando o processo de substituição de importações (CANO, 2007).

Para Cano (1998), a partir da crise de 1929, o setor de café começa a dar alguns sinais de esgotamento, evidenciado em problemas na balança de pagamentos do país. A formação paulatina, e em paralelo, de um complexo industrial em São Paulo se tornou viável para contornar essa situação, aprofundando o processo de substituição de importações. A crescente demanda de crédito pela indústria também passou a ter canais prioritários de atendimento, ocasionando o início da polarização do desenvolvimento econômico no Brasil, ou seja, a concentração do desenvolvimento industrial em São Paulo.

Na perspectiva de Furtado (1961), a industrialização paulista decorre das crises da economia cafeeira, cujas quedas nas exportações geraram uma retração nas importações de bens industriais e, ao mesmo tempo, estimularam a produção interna. Nos anos 1920, os rendimentos do café eram menores que ao final do século anterior. Segmentos como o da metalurgia e química nesta época cresceram tanto ou mais que o café. Isto inicia um processo de diversificação da estrutura produtiva, expansão do mercado interno e ampliação da urbanização em São Paulo. Ao mesmo tempo, o crescimento da indústria paulista, embora substituísse as importações de bens de consumo, demandava importar ainda mais máquinas e componentes.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil se beneficiou, entre 1928 e 1939, do crescimento da indústria de transformação em São Paulo, que cresceu à taxa média anual de 7,3%, sendo a do restante do Brasil de 6,4%. Entre 1939 e 1949, elas foram, respectivamente, 9,8% e 7,8%. Com a indústria de base consolidada, no governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) houve a ampliação da indústria de bens de consumo por meio do Plano de Metas. Apesar do período de crescimento acelerado, os investimentos públicos geraram também um alto endividamento do estado, acarretando uma severa crise fiscal e estagnação econômica (CANO, 1998).

Durante os governos militares, a partir de 1964, apesar de, no início, terem se concentrado em medidas de curto prazo para combater a inflação, nos anos seguintes aconteceu a implementação dos planos de desenvolvimento PND I e II. Eles visavam desenvolver os setores de bens de capital e indústria pesada, além de aprofundar o crescimento da infraestrutura (rodovias e portos), comunicações e

urbanização. A partir de então, o café perde significância paulatinamente na economia nacional, mas, destaca-se crescentemente na pauta das exportações paulistas e brasileiras. Dos anos 1990 até os dias de hoje, apesar do avanço de um processo de desindustrialização no Brasil, e de um aumento das exportações de produtos agrícolas e de minerais, ainda é significativa a participação da indústria e das exportações industriais na economia paulista (GIAMBIAGI *et al.*, 2016).

Metodologia e dados

Neste estudo pretende-se demonstrar que o processo de mudança da economia do estado de São Paulo de uma economia cafeeira para uma economia diversificada se deu como sugere a Teoria da Base Exportadora. Esta propõe que, após a criação de uma base exportadora em torno de um produto, tal base cresce e se espalha paulatinamente para novos setores, os quais ampliam e diversificam a base exportadora da região. Para testar isto, será avaliada a evolução da participação das exportações paulistas de café e de outros produtos no período de 1915 a 2020, de uma base cafeeira para uma diversificada (mas, principalmente, industrial).

Será mostrada a evolução da participação das exportações do café na economia de São Paulo, e mostrada como tal participação foi diminuindo à medida que outras exportações foram substituindo-as. Isto é evidência de que a economia paulista, após se desenvolver como agroexportadora de café no início do século XX, criou as condições de acumulação para o início do processo de industrialização e uma posterior diversificação, assim como sustenta a Teoria da Base Exportadora.

Para tal, foi feita uma análise dos dados acompanhando a evolução das exportações do café, de outros produtos agrícolas e industriais (veículos, maquinário etc.) em relação ao total das exportações internacionais do estado. A ideia é mostrar que, com o passar do tempo, a pauta exportadora ficou progressivamente menos dependente do café e se diversificou, conforme sugere a aplicação da Teoria da Base Exportadora para o caso do Estado de São Paulo.

Será utilizada aqui a participação das exportações de café no total das exportações do estado de São Paulo entre os anos de 1915 e 2020. Na sequência, será utilizada a participação das exportações de São Paulo de 1915 a 2020 para os seis seguintes setores de produtos (explicados adiante): animais, seus produtos e matérias-primas; minerais; vegetais e seus produtos (que inclui o setor de café); manufaturas (indústria leve); maquinário e veículos (indústria pesada); e outros setores (semimanufaturados).

Quanto à coleta, foram recolhidos dados referentes às exportações do estado de São Paulo de 1915 até 2020. Em primeiro lugar, os dados coletados de 1915 até 1989 foram retirados de vários Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo fornecidos pela Fundação Estadual de Análise de Dados (Seade) para os anos 1915, 1920, 1925,

1928, 1940, 1950, 1955, 1960, 1966, 1970 e 1980. Estes foram separados e compilados de acordo com as exportações de café e de seis setores de produtos (conforme mencionado acima), como pode-se ver na Tabela 1 abaixo. Estas classes de produtos foram utilizadas porque os dados da Seade foram coletados desta maneira ao longo do tempo até 1989.

Os dados a partir de 1989 seguem categorizados pelo Sistema Harmonizado de dois dígitos (SH2). Esta classificação é mais detalhada e mapeia todos os produtos em 99 setores. Foram mapeados cada um dos códigos do SH2 para as categorias da Tabela 1. Estão divididas conforme o grau de fator agregado dos produtos (básicos, semimanufaturados e manufaturados) da seguinte forma: 1) animais e seus produtos representam todos os produtos de origem animal que são classificados pelos SH2 01 até o 05; 2) minerais (combustíveis minerais, minérios, sal etc.) representam os SH2 25 a 27; 3) vegetais, frutas e seus produtos são todos os produtos de origem vegetal, como o café, soja, frutas e o açúcar, os quais foram mapeados pelos SH2 06 até o 24; 4) manufaturas representam os têxteis e os produtos industrializados, sendo representados pelos SH2 54 a 83 e 90 a 97; 5) maquinário e veículos são os setores da indústria pesada que são bastante intensivos em investimentos como os setores de automóveis, aeronaves, maquinário e eletrônico, e estão representados pelos SH2 84 a 89; 6) outros e semimanufaturados, que inclui a indústria química e os produtos semimanufaturados, os quais estão mapeados pelos SH2 28 a 53 e 99. A lista completa dos produtos que compõe cada grupo de produto SH2 é detalhada no *site* da Receita Federal do Brasil (RECEITA, 2017).

Tabela 1 – Mapeamento das categorias de produtos em códigos SH de dois dígitos

Categorias de produtos	Classes dos produtos	Códigos SH
1 - Café	Café em grão	SH 09
2 - Animais e seus produtos / matérias-primas	Animais vivos e produtos do reino animal; peles, couro, e peleteria; gorduras e óleos animais; lã, pelos e crinas.	SH 01 a 05
3 – Minerais	Produtos minerais; metais comum; minério de ferro etc.	SH 25 a 27
4 - Vegetais e seus produtos	Produtos do reino vegetal; Café cru; algodão; amendoim; açúcar; bananas; milho; soja; algodão etc.	SH 06 a 24

5 - Manufaturas (indústria leve)	Vestuário e seus acessórios; calçados, chapéu e artigos de uso semelhantes etc.	SH 54 a 83; 90 a 97
6 - Maquinário e veículos (indústria pesada)	Máquinas e aparelhos elétricos; material de transporte; veículos automóveis, tratores; motociclos etc.	SH 84 a 89
7 - Outros e Semimanufaturados	Produtos das indústrias químicas, entre outros.	SH 28 a 53; 99

Fonte: Seade e elaboração dos autores, 2021.

Finalmente, cabe notar que neste estudo foram coletados apenas os dados de exportações do estado de São Paulo para outros países, sem incluir as informações de comercialização para outros estados e regiões do Brasil. Embora estas sejam importantes para a formação da base exportadora de um estado, infelizmente não estão disponíveis os dados de exportações inter-regionais no Brasil.

Resultados

Nesta seção serão apresentados os principais resultados deste estudo. Na primeira parte serão exibidos os resultados para a participação das exportações de café no total das exportações do estado de São Paulo entre 1915 e 2020. Na sequência, serão apresentados os resultados para a participação das exportações de São Paulo de 1915 a 2020 para os seis grandes setores de produtos (explicados anteriormente).

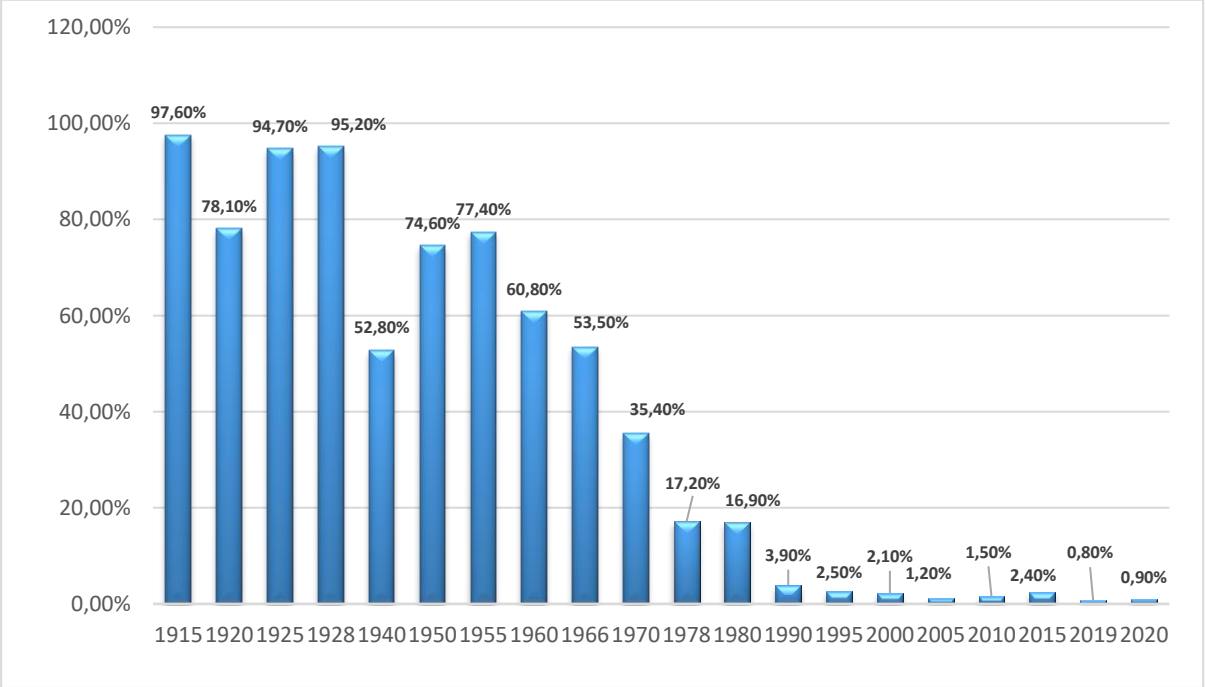
Participação do café sobre o total das exportações paulistas

A evolução da participação das exportações de café no total das exportações de São Paulo entre os anos de 1915 e 2020 é apresentada no Gráfico 1. Nota-se que, em 1915, o café representou 97,5% do total das exportações de São Paulo, evidenciando sua predominância na pauta exportadora, dado os altos rendimentos que este produto fornecia àquela época. Já em 1920, observa-se o impacto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) sobre o café, a qual fez com que diminuísse significativamente a demanda por café: a participação dele recuou para 78% do total das exportações paulistas. Entre 1925 e 1928, a produção de café se recupera e volta

a crescer a participação do produto na pauta exportadora do estado, representando 94,6% e 95,2% do total, respectivamente.

A partir de 1930, o café começa a perder paulatinamente sua preponderância sobre as exportações paulistas. Com a eclosão da crise de 1929, o setor cafeeiro sofre um segundo choque e as exportações deste item despencam. A quebra dos mercados acionários e o choque sofrido pelas principais economias do mundo refletiram na queda dos preços das várias *commodities* – como o café –, além da diminuição da renda e do consumo no exterior, fazendo com que a exportação despencasse nos anos subsequentes. Isto evidencia a vulnerabilidade da economia brasileira, uma vez que dependia muito das exportações de um único produto: o café (CANO, 2007).

Gráfico 1 – Participação do café no total das exportações do estado de São Paulo, %, 1915-2020



Fonte: Elaboração dos autores (2021) com base nos dados do Anuário Estatístico do Estado de São Paulo da Fundação Seade e do Comexstat (MDIC).

Embora não estejam disponíveis os dados para os anos 1930, a fatia do café sobre as exportações paulistas em 1940 é evidência da crise do setor cafeeiro naquele período: tal participação diminuiu para 52,8%. Com o início da segunda Guerra Mundial, novamente a demanda por café caiu significativamente. Ao mesmo tempo, com o advento do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), é adotada uma política de apoio à industrialização e ao desenvolvimento no país, com o nascimento de uma indústria de base e com a criação da mineradora Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional. Conjuntamente, desenvolve-se na economia paulista uma

indústria de bens de consumo, que produz desde alimentos e metalurgia até itens têxtis, aprofundando o processo de substituição de importações (CANO, 1998).

Ao final da Segunda Guerra há uma retomada das exportações e a participação do café paulista, em 1950 e 1955, atinge 74,6% e 77,4%, respectivamente, do total. Já a partir de 1960, a perda da primazia do café na pauta exportadora estadual se acentua: cai para 60,7% naquele ano, e para 52,8%, em 1966. Ao mesmo tempo, no final dos anos 1950, é implementada a indústria de veículos e autopeças, que, àquela época, era essencialmente localizada no estado de São Paulo.

Nas décadas seguintes (1970 e 1980), a indústria no Brasil, como um todo, e em São Paulo cresceria com a maturação dos investimentos dos projetos de infraestrutura e a implantação da indústria pesada no país, aumentando as exportações de produtos industriais. Além disso, um fator climático prejudicou consideravelmente o setor cafeeiro em São Paulo: geadas destruíram as plantações no estado. A mais severa ocorreu em 1975, a qual ficou conhecida como Geada Negra, que dizimou as plantações de café paulistas, fazendo com que os produtores mudassem de cultivo (para açúcar ou laranja) ou migrassem a produção cafeeira para outros estados (como Minas Gerais). Assim, nota-se que, enquanto em 1970 o café representava 35,4%, em 1978 (após a geada) o item representava apenas 17,1% do total das exportações paulistas e 16,8% em 1980.

Nos anos seguintes, o processo de diversificação da economia paulista se completa e o café praticamente "some" da pauta exportadora paulista: de 3,8% em 1990, passa a 2% em 2000, 1,5% em 2010 e chega a 0,9% em 2020. Esses dados retratam o processo de diminuição paulatina da dependência das exportações de café em São Paulo, sendo tal base progressivamente diversificada para a exportação de outros produtos.

Participação de seis setores sobre o total das exportações paulistas

Vimos na seção anterior que a pauta exportadora de café em São Paulo vai sendo progressivamente diversificada, sendo substituída por outros produtos. Mas, quais? Para responder esta pergunta, será apresentada a evolução da participação de seis grandes setores no total das exportações de São Paulo entre 1915 e 2020, conforme a Tabela 2. Tal como mencionado, esses setores foram escolhidos em função da disponibilidade de seus respectivos dados nos anuários históricos do Seade (de 1915 a 1980). A partir de 1989, os dados estão disponíveis para a classificação (detalhada) do Sistema Harmonizado de dois dígitos (SH2).

Tabela 2 – Participação das exportações de seis setores no total das exportações do estado de São Paulo, %, 1915-2020

	1 - Animais e seus produtos / matérias-primas	2 - Minerais	3 - Vegetais, frutas e seus produtos	4 - Manufaturas	5 - Maquinário e veículos	6 - Outros e Semimanu-faturados
1915	1,9%	0,1%	98,0%	0,0%	0,0%	0,0%
1920	6,3%	0,1%	93,6%	0,0%	0,0%	0,0%
1925	2,0%	0,1%	97,9%	0,0%	0,0%	0,0%
1928	3,4%	0,1%	96,5%	0,0%	0,0%	0,0%
1940	2,3%	0,2%	96,7%	0,6%	0,0%	0,0%
1950	12,7%	0,7%	85,2%	0,1%	0,1%	1,2%
1955	10,8%	0,8%	87,2%	0,1%	0,2%	1,0%
1960	18,2%	0,6%	76,0%	1,3%	0,5%	3,3%
1966	19,8%	0,7%	70,8%	0,2%	3,6%	4,8%
1970	21,0%	0,4%	66,1%	6,6%	4,2%	1,7%
1978	2,5%	2,3%	21,0%	9,8%	40,2%	24,3%
1980	1,9%	2,6%	23,7%	7,6%	38,5%	25,6%
1990	0,8%	0,3%	26,3%	18,1%	31,9%	22,5%
1995	1,1%	0,7%	24,4%	16,1%	36,3%	21,2%
2000	2,0%	1,8%	17,7%	10,8%	49,5%	18,1%
2005	4,9%	2,6%	19,7%	11,5%	43,8%	17,6%
2010	3,9%	1,5%	29,4%	9,0%	36,2%	20,0%
2015	5,1%	4,1%	29,2%	10,1%	32,3%	19,2%
2019	4,6%	12,0%	23,8%	11,0%	32,5%	16,1%
2020	5,2%	11,0%	31,7%	10,5%	25,1%	16,5%

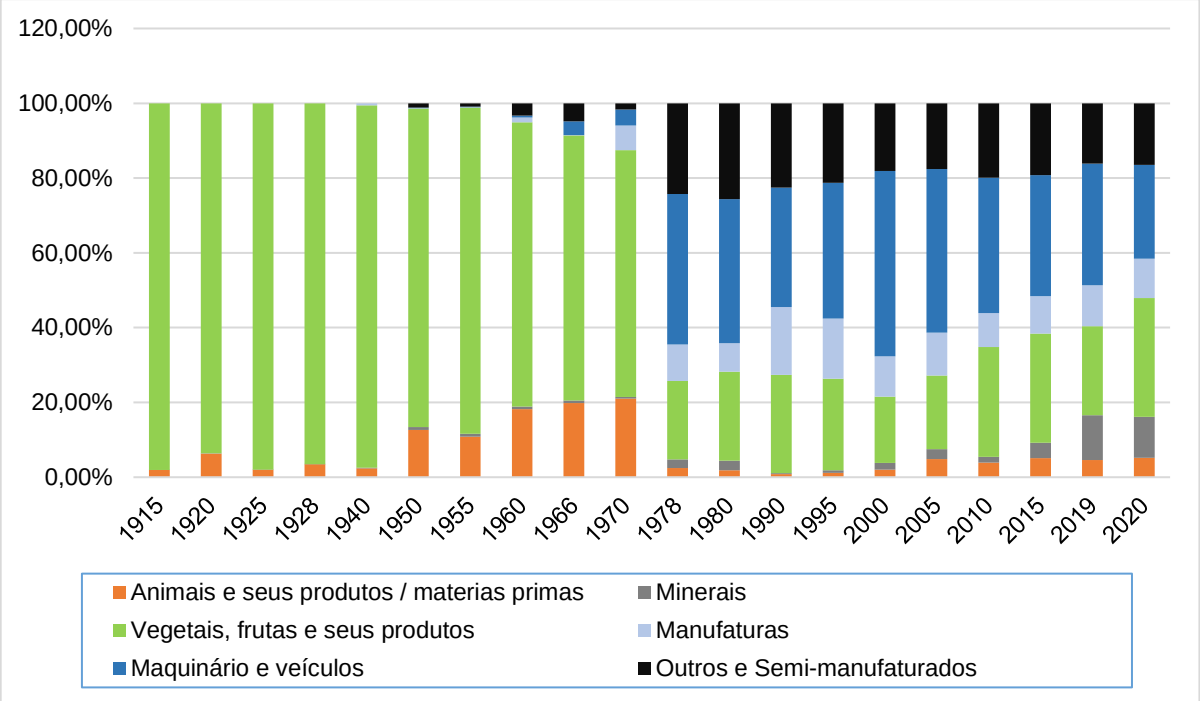
Fonte: Elaboração dos autores (2021) com base nos dados dos Anuário Estatístico do Estado de São Paulo da Fundação Seade e do Comexstat (MDIC).

Observando a evolução da participação das exportações dos seis grandes setores, do qual o café faz parte do setor 3 (vegetais, frutas e seus produtos), observa-se que, como esperado, a participação das exportações deste grupo é preponderante entre 1915 e 1940, mas tal participação decai progressivamente à medida que a economia paulista se diversifica e começa a exportar outros produtos. Embora as exportações deste grupo terem caído pelo menos até 1978, elas se estabilizam a partir de então. Isto pode ser explicado pela substituição das exportações de café por produtos vegetais, tais como açúcar e suco de laranja.

Pode-se observar, também, que o setor 1 (animais e seus produtos/matérias-primas) obteve um aumento crescente nas exportações paulistas entre 1915 e 1970: sua

participação passou de 1,9% para 21% no período. Isso se deu, em parte, devido ao avanço contínuo do processo de modernização da pecuária (e também da agricultura) no país. Nota-se, também, que a participação das exportações de produtos industriais em 1940 era inexistente, e seguia sendo pequena em 1970, atingindo 6% de manufaturas (setor 4), 4,5% de maquinário e veículos (setor 5) e 1,7% em outros bens semimanufaturados (setor 6), respectivamente, naquele ano. A partir daí, a participação das exportações destes setores disparou e atingiu 16%, 36% e 21%, respectivamente, em 1995. O processo crescente de substituição das exportações de café por outros setores industriais pode ser visto de maneira mais detalhada no Gráfico 2. Nota-se que o pico de tal substituição ocorreu entre 1970 e 1978 com o avanço da produção industrial no estado e no país.

Gráfico 2 – Participação por setor no total das exportações do estado de São Paulo, %, 1915-2020

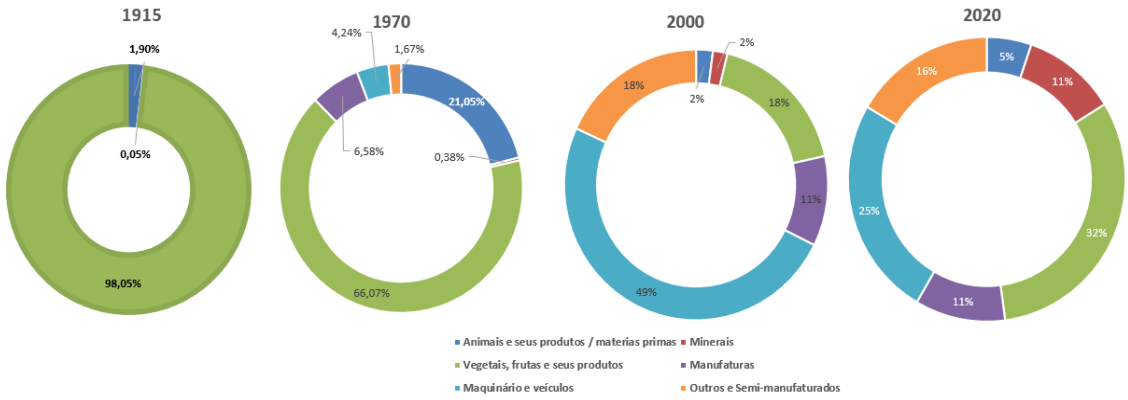


Fonte: Elaboração dos autores (2021) com base nos dados dos Anuário Estatístico do Estado de São Paulo da Fundação Seade e do Comexstat (MDIC).

Finalmente, a dinâmica do processo histórico de diversificação da economia paulista pode ser vista também por uma outra óptica, usando quatro recortes temporais da participação das exportações dos seis setores para os anos de 1915, 1970, 2000 e 2020 (Gráfico 3). De 1915 a 1970, observa-se uma acentuada substituição das exportações de café pelas exportações de outros produtos, como maquinário e veículos, manufaturas e animais. Entre 1970 e 2000, como mencionado, à medida que os investimentos nos setores industriais maturaram, as exportações dos setores

industriais continuaram a crescer. Em 2000, a comercialização de maquinário, veículos e manufaturas era o carro-chefe do comércio exterior da economia paulista. Naquele ano, a exportação da indústria pesada (maquinário e veículos) representava praticamente metade do total (49%), as manufaturas registravam 11%, e os vegetais, 18%. Porém, um processo parcial de desindustrialização da economia paulista (e brasileira), que começou nos anos 1990, fez com que as exportações de maquinário e veículos perdessem participação. Eles foram substituídos, parcialmente, pelas exportações de outros produtos vegetais, tais como açúcar e suco de laranja – que participavam, em 2020, com 25% e 32%, respectivamente.

Gráfico 3 – Participação por setor no total das exportações do estado de São Paulo, %, 1915; 1970; 2000 e 2020



Fonte: Elaboração dos autores (2021) com base nos dados dos Anuário Estatístico do Estado de São Paulo da Fundação Seade e do Comexstat (MDIC).

Considerações finais

Neste artigo buscou-se mostrar a dinâmica do processo de mudança da economia do estado de São Paulo decorrida ao longo do século XX, saindo de uma economia cafeeira para uma economia diversificada, conforme sugere a Teoria da Base Exportadora de Douglass North (1955). Neste processo, uma economia regional inicialmente depende de um setor central que se torna sua base de exportação. A demanda externa pelos produtos desta base exportadora, por meio do efeito multiplicador, desencadeia o crescimento de outros segmentos na região que promoverão a diversidade daquela economia regional.

Tal processo é evidenciado no caso da economia paulista por meio do uso da participação das exportações de café e de outros produtos que mostram sua evolução entre 1915 e 2020. Em primeiro lugar, foi apresentada a evolução da

participação das exportações de café no total das exportações do estado de São Paulo entre 1915 e 2020. Pode-se observar que, entre 1915 e 1928, a participação do café nas exportações era alta, mas, a partir de 1930, ele perde paulatinamente a predominância, sendo, aos poucos, substituído e, assim, causando a diversificação da base do comércio exterior paulista.

Observou-se uma acentuada substituição das exportações de café por outros produtos, tais como maquinário e veículos, manufaturas e animais. Entre 1970 e 2000, as exportações dos setores industriais cresceram continuamente e se tornaram o carro-chefe das exportações da economia paulista. Porém, um processo parcial de desindustrialização das economias paulista e brasileira fez com que as exportações de maquinário e veículos fossem substituídas parcialmente por produtos vegetais, tais como açúcar e suco de laranja, de modo que, em 2020, tais itens compusessem uma pauta de comércio exterior bastante diversificada do estado de São Paulo.

Estes resultados sugerem que a Teoria da Base Exportadora pode contribuir para a compreensão do processo de desenvolvimento regional do estado de São Paulo, utilizando evidências que apontam a evolução da diversificação das exportações paulistas ao longo do tempo. Sugere, também, que as políticas públicas nacionais de longo prazo do governo federal (tais como os grandes planos de desenvolvimento) podem impactar significativamente a base de exportações e o crescimento regional. Entretanto, em tempos de influência crescente dos processos de globalização e reestruturação produtiva sobre as economias nacionais e regionais, são necessárias atitudes proativas dos responsáveis pelas políticas regionais e locais para estimular a atividade empresarial e o emprego, desenvolvendo oportunidades em setores de maior crescimento econômico, que melhorem a comunidade e utilizem os recursos humanos, naturais e institucionais existentes (EISINGER, 1988).

Referências

AREND, Silvio Cezar; ORLOWSKI, Rosemari Fátima. O desenvolvimento regional da AMOSC a partir das teorias da base exportadora e dos polos de crescimento. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17 n. 1, p. 141-163, jan./abr. 2012.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1998.

CAPELLO, R. **Regional Economics**. 2. ed. New York (EUA): Routledge, 2015.

CARDOSO, Fernando. H. O Café e a industrialização da cidade de São Paulo. **Revista de História**, v. 20 n. 42, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1960.

EISINGER, Paul K. **The rise of the entrepreneurial state**: state and local economic development policy in the United States. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

FAUSTO, B. Expansão do café e política cafeeira. *In:* FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERREIRA, Maria de Fátima S.; LEMOS, Mauro B. Localização Industrial. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 31, n. Especial, Fortaleza, 2000.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavínia Barros; VILLELA, André Arruda; HERMANN, Jenniffer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015)**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

JACOBS, Jane. **The Economy of Cities**. Nova York: Vintage, 1969.

LEMOS, Mauro Borges. Desenvolvimento Econômico e a regionalização do território. *In:* DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Orgs.) **Economia Regional e Urbana** – Contribuições Teóricas Recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
LINS; Andréia do Egito. **Uma aplicação da teoria da base exportadora ao caso nordestino**. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

LIMA, Elaine Carvalho; LIMA, Érica Priscilla Carvalho; EVAS, Inauro Mano Evas; TEIXEIRA, Maria do Socorro Gondim. Teoria da base de exportação e sua relação com o desempenho econômico: o caso do estado de Santa Catarina. **Textos de Economia**, v. 16 n. 1, 2013.

NORTH, Douglass C. Location Theory and Regional Economic Growth. **Journal of Political Economy**, v. 63 n. 3, p. 243-258, University of Chicago Press, jun. 1955.

NORTH, Douglass C. **Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PIFFER, Moacir. **A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias**. 6ª ed. Brasília: Ministério da Fazenda, 2017. Disponível em: http://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/classificacao-fiscal-de-mercadorias/nesh-in-1788-2018.pdf

STIMSON, R.J.; STOUGH, R.R.; ROBERTS, B.H. **Regional Economic Development**: Analysis and Planning Strategy. Berlim: Springer, 2006, 2ª ed.

STIMSON, R.J.; STOUGH, R.R.; NIJKAMP, P. (eds.) **Endogenous Regional Development**: Perspectives, Measurement and Empirical Investigation. Cheltenham, UK: Edgard Elgar, 2011.

Data de submissão: 23/03/2021
Data de aprovação: 13/07/2023
Revisão: Daniela Matthes (português), Emily Camila Batschauer e Mateus Artur Pereira Nuss (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Paulo Costacurta de Sá Porto
Departamento de Ciências Econômicas / Universidade Federal de São Paulo
Rua Oleska Winogradow, 100 – Jd. das Flores
06120-042 Osasco/SP, Brasil
Orcid: http://orcid.org/0000-0002-0200-5484
E-mail: sa.porto@unifesp.br

Kleber Utsunomiya
Bacharel em Ciências Econômicas / Universidade Federal de São Paulo
Rua Oleska Winogradow, 100 – Jd. das Flores
06120-042 Osasco/SP, Brasil
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8122310104413581
E-mail: kleberuts@gmail.com